

L E T R A S



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano 1 nº 07 Brasília, 08 de outubro de 1999

Câmara
homenageia
Pompeu de Sousa

Em tempo de Primavera

Rioke lança **Cultura Capital**

Valéria Velasco

“O medo ameaça o DF”

DEPOIMENTO

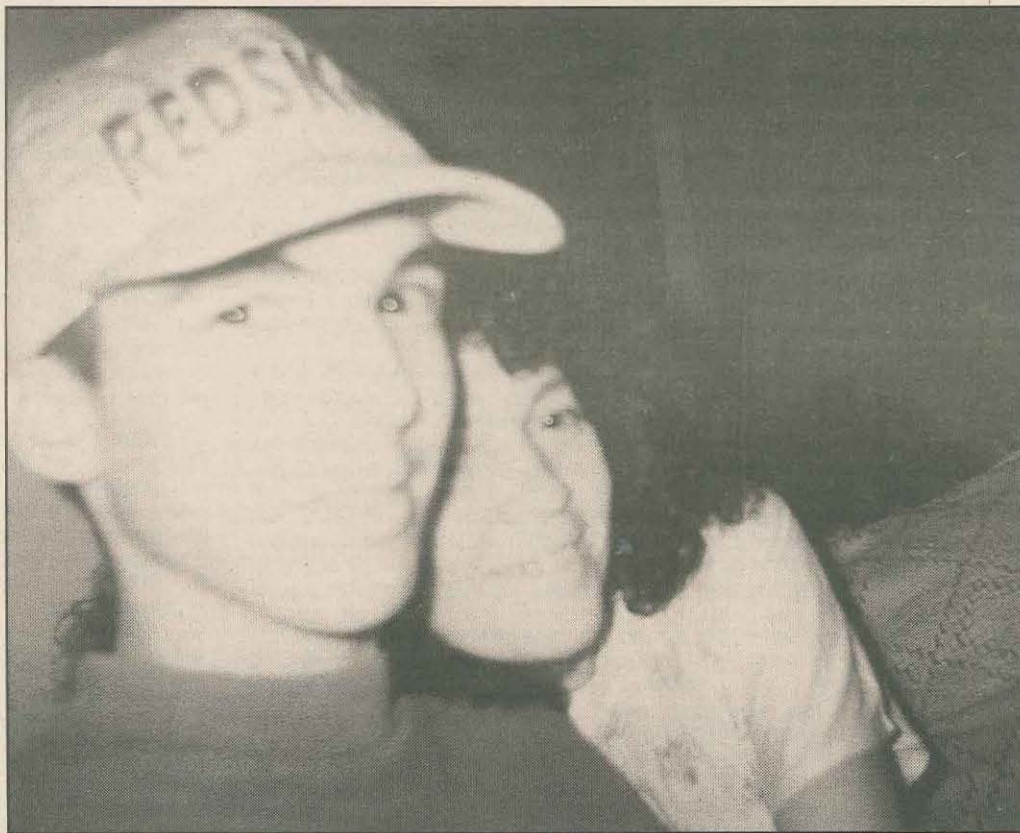
Brasília está cercada pelo medo

"Brutalidade, covardia, impunidade. Será esta a nova Brasília?". A inquietante pergunta é da jornalista Valéria Velasco de Velasco, mãe do garoto Marco Antonio, de 16 anos, "um aquariano alegre e carinhoso", brutalmente assassinado há cerca de um mês pela "Falange Satânica", uma das inúmeras "gangues" de adolescentes classe média que cercam Brasília de medo.

É sempre bom lembrar: Marquinho saiu para comprar pão e foi morto a pancadas, por 10 garotos de sua idade. Os vizinhos da 316 Norte viram a sanha delirante dos covardes. Ouviram os gritos lancinantes de sua dor. E não moveram um dedo para salvá-lo. Optaram por proteger a própria vida acucados atrás das grades que cercam seus apartamentos, que os protegem do medo.

A brutalidade, a covardia, o medo, a impunidade ficaram assim como marcas indelévelis na consciência coletiva deixadas pelo sangue de Marquinho derramado no asfalto. Será esta a nova Brasília? Será?!

Após o cruel episódio, Valéria, em sua busca por justiça, tem denunciado esta terrível sensação de Brasília viver cercada pelo medo. Neste depoimento emocionado ao "DF Letras", recorda que chegou em 1973. E que ficou encantada com "a sensação de paz transmitida pelas pessoas que descansavam, tranquilamente, nos gramados entre as casas da W3". De tão encantada resolveu ficar. Ter aqui os seus filhos. Vinte anos depois, alvo da tragédia que abalou a família que construiu, Valéria ergue sua voz para denunciar o medo que impede Brasília de viver em liberdade. Expõe seus sentimentos, sua dor, na tentativa de sensibilizar a consciência da pessoa comum, das autoridades, sempre em sua busca incessante pelo direito de Brasília ter a liberdade de voltar a viver sem medo. Como era há pouco. Como era em 73. Tudo para que outras mães não passem pelo que ela passou: a sensação de arrumar o quarto do filho que já morreu (NELSON PANTOJA)



Marquinhos e Valéria: felizes para sempre no álbum de família

Brasília sempre simbolizou, para mim e meus filhos, o novo, a liberdade, a esperança. Especialmente a liberdade, sentimento marcado a partir do impacto dos primeiros contatos com a cidade, quando aqui chegamos, em janeiro de 1973, e nos encantamos com os imensos espaços verdes, com a beleza surpreendente da sua arquitetura, que até hoje nos emociona, com a sensação de paz transmitida pelas pessoas que descansavam, tranquilamente, nos gramados entre as casas da W3.

Neste nosso primeiro ano de Brasília, o primeiro choque: o brutal e cruel assassinato da menina Ana Lídia. O crime abalou toda a população, modificou hábitos das pessoas que até então imaginavam viver numa ilha de tranquilidade, e deixou uma herança perversa na marca da impunidade e no enraizamento da descrença de todos em relação ao funcionamento das nossas instituições. Eram tempos de regime militar, e o sentimento de impotência da população manifestava-se na velha frase: "Tem filho de gente

"No Estatuto do Menor não existe a palavra dever. Só direitos. É a impunidade consagrada em lei".

Valéria Velasco

importante no meio; nada vai se resolver".

Quatro anos depois, nasceu meu quarto filho, o Marquinho, o nosso aquariano alegre e carinhoso, que as minhas três meninas, quando adolescentes, chamavam às vezes, brincando, de meu "édipo". Nessa época, os sentimentos de esperança e de liberdade se reavivavam na cidade com o início da abertura política e dos movimentos de reconquista dos direitos políticos e da cidadania. Brasília foi assumindo novos ares e novas energias

Revisão constitucional

Agnelo Queiroz PC do B



Sempre defendemos a autonomia política e financeira do Distrito Federal. A autonomia política, resultante do processo de democratização do Estado brasileiro e de uma intensa movimentação da sociedade brasiliense, já está consolidada com a recente promulgação da Lei Orgânica do DF, que é a nossa Constituição. A independência financeira, bem mais complexa, pois envolve a interação de iniciativas de peso, como a implementação de um amplo processo de industrialização, ainda enfrenta dificuldades.

Ora, a revisão constitucional foi convocada para discutir temas bem mais

gerais. Pode ser até que venha contemplar questões localizadas, como é o caso da autonomia financeira do DF. Se isso for feito, nós estaremos lá para referendar as propostas de interesse do Distrito Federal. O que não aceitaremos é utilização da questão da isonomia, que é um consenso para todos nós, para propagar a revisão constitucional.

No nosso entendimento, a revisão constitucional é hoje o grande projeto da burguesia, dos banqueiros, dos donos das escolas privadas, do capital estrangeiro. Com a revisão, não temos dúvida, esses grupos tentarão implementar o projeto neoliberal e destruir o Estado nacional.

Na sua alça de mira estão o fim do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, da mineração. Eles sonham também com a privatização da saúde, da educação e até da previdência social.

Por isso, somos contra a revisão. Se esse processo for mesmo irreversível, lá estaremos para defender todas as conquistas sociais, políticas e econômicas existentes no atual texto constitucional. Assim como defenderemos todas as iniciativas em defesa da emancipação financeira do DF.

Aroldo Satake PP



Na Carta Magna de 1988, os Constituintes cuidaram, num breve artigo com três parágrafos, somente da vedação de sua divisão em Municípios, da sua regência por uma Lei Orgânica, das atribuições da competência legislativa, da eleição do Governador e do Vice-Governador, do mandato dos Deputados Distritais e da utilização pelo GDF, das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Esqueceram completamente da autono-

mia financeira do Distrito Federal. Esqueceram que Brasília, como sede do Poder, hospeda cerca de 60% da população oriunda da esfera federal; que somente o IPTU da Praça dos Três Poderes, se cobrado, daria para saldar grande parte de nossas despesas; que o Distrito Federal como gerador líquido de recursos para a União, arrecada cerca de US\$ 2 bilhões e recebe, via fundos vinculados, perto de US\$ 100 milhões; esqueceram, por fim, que o DF não tendo estrutura de Estado acaba sendo a unidade que menos recebe do Fundo de Participação. Faz-se necessário que os congressistas, na revisão constitucional, corrija esta distorção, de modo que o DF tenha uma participação mais efetiva no FPE e possa cumprir de forma mais fidedigna com suas funções nacionais.

as, e na década seguinte a população já ganhava as ruas com as lutas pela anistia e pela autonomia política, redescobrimo, ao melhor estilo JK, que tudo podia se transformar em alvorada. Bastava querer, e lutar.

Vinte anos depois do crime que marcou a história da cidade com o estigma da impunidade, no entanto, o cruel assassinato de meu filho Marquinho revelou uma face surpreendente de Brasília, onde os sentimentos de impotência, de descrença e de individualismo se tornaram mais fortes do que os sentimentos de luta e de esperança que marcaram os anos 80. Hoje, a cidade se fecha em torno do medo coletivo, no lugar de propostas que ampliem a liberdade e as conquistas culturais e consolidem a cidadania, o que vemos são reivindicações destinadas a empobrecer, cada vez mais, a vida das pessoas. Um exemplo que sintetiza esta face até então não claramente assumida de nossa cidade é a proposta, cada vez mais aceita pela população, para colocação de cercas em blocos e até nas quadras.

É possível aceitar que, em plena década de 90, após tantos passos importantes dados em direção à liberdade nos anos 80, a cidade retroceda dessa forma? Por que essa tendência, hoje, para a transformação das quadras em espécie de guetos, falsamente protegidos de cercas por todos os lados? Quem são, afinal, os verdadeiros inimigos da população? Onde estão as raízes da violência que tirou a vida de meu filho, que deixou marcas irreversíveis em outros jovens espancados por gangues das quadras e que, hoje, assusta toda a população? O brutal e covarde assassinato de meu filho deixou exposta uma ferida que a sociedade conseguiu esconder durante muito tempo, mas que agora terá que ser tratada. A não ser que todos queiram que a cidade se transforme em uma praça de guerra.

Em cada quadra, uma história

Com a identificação e a prisão de dez dos assassinos (um, menor de idade, ainda encontra-se foragido, escondido pela família), o massacre de Marquinho fez cair a máscara de cidade tranquila e ideal para educar os filhos, em que chegamos a acreditar, e revelou uma capital onde cada quadra tem uma história de agressão, espancamento ou assaltos para contar. Todos praticados por gangues de classe média.

Medo de represálias, falta de confiança na polícia, descrença na Justiça, são as principais causas de omissão das famílias em relação às denúncias e à apuração das agressões. "A polícia não vai fazer nada". "É menor de idade, não vai acontecer nada, nem adianta dar queixa".

O silêncio e a omissão protegem apenas os criminosos. Não podemos nos esquecer, além do mais, que colaborar com a Justiça e a polícia na elucidação dos crimes é um dever de todo cidadão para com a sociedade. A tragédia que se abateu sobre nós é um exemplo contundente: graças à coragem, ao caráter e ao senso de dever das testemunhas, os assassinos estão presos, aguardando julgamento para pagar, como manda a Lei, pelo que fizeram. Caso contrário, estariam até hoje contando vantagem, como fizeram ao chegar à 405 após o crime. Acabar com a impunidade é uma tarefa que exige a participação e a vontade de toda a sociedade. Se toda a sociedade exigir e participar, teremos instituições fortes e respeitadas.

Brutalidade, covardia, impunidade. Será esta a nova Brasília?

Marquinho sempre foi um menino calmo, alegre, carinhoso. Era avesso a qualquer tipo de violência e, assim como as minhas três meninas, foi criado para a paz. Por onde passou, espalhou o amor. Tinha duas grandes paixões: o futebol e o jogo de botão, que colecionava e ensinava, com infinita paciência, a crianças menores que ele. Muito magrinho, não conseguiu levar adiante, por falta de físico, o sonho de se tornar jogador de futebol. Conhecia todos os times do mundo inteiro, narrava os jogos de botão e dizia que ainda seria locutor esportivo.

Nunca encostou a mão em ninguém para bater. Nem ninguém havia, nunca, lhe encostado a mão para bater. A primeira vez que o fizeram, foi para matar. A brutalidade foi tamanha e tão inexplicável que muitas pessoas, apesar da ampla divulgação do caso, não conseguiram entender o crime.

É importante, por isso, resumir a história. No dia 10, de manhã, amigos de escola de Marquinho foram provocados para a briga por outro aluno, do segundo grau, de nome Gengis Keyne. As provocações já vinham da véspera e haviam sido comunicadas ao coordenador da escola, o Colégio Alvorada. No dia 10, Gengis e amigos de sua quadra que não estudam no Alvorada, entre os quais um dos assassinos de Marquinho, de nome Rogério, armados de paus e garrafas, cercaram os meninos na saída da aula, ao meio-dia. Marquinho e outros

correram e conseguiram atravessar a W3 e chegar logo em casa, na 316 Norte. Dois garotos, no entanto (Álvaro e Marco Antônio), apesar de correrem, foram pegos e apanharam, levando golpes de cabeçada no rosto. Ao atravessarem a W3 e correrem para a quadra, foram socorridos por outro amigo e por um garoto que lava carros na W2, que conseguiu bater nos agressores e dispersar a briga.

Ao chegar em casa, às 13 horas para almoçar, encontrei Marquinho e os dois amigos, que estavam com o rosto machucado pelas cabeçadas. Eles me contaram o ocorrido e sobre a ameaça que os agressores fizeram de "voltar no dia seguinte e matar quem fosse à aula". Pedi, então, que chamassem os pais deles, para que fôssemos à Delegacia registrar ocorrência e pedir providências e proteção em frente à escola, no dia seguinte. Almoçamos e fomos em seguida com os pais e Marco Antônio, à 2a. DP, onde os garotos foram ouvidos para a abertura de inquérito e os policiais prometeram providências junto ao Batalhão Escolar.

Logo após, os garotos agredidos foram para o Instituto Médico Legal, para os exames que seriam anexados ao inquérito policial, e seguiu com Marquinho para o Colégio Alvorada, para comunicar o fato à direção da escola e pedir providências e segurança para os alunos poderem frequentar as aulas em paz. Na conversa com a diretora, Marquinho disse

que os desentendimentos eram provocados por dois alunos - Gengis e F "Boss" - e que eles deveriam ser expulsos da escola. A diretora argumentou que não podia expulsar alunos por fatos ocorridos fora da escola. F "Boss", 16 anos, foi identificado pela Secretaria de Segurança como chefe da gangue da 316 Norte e Gengis Keyne é um dos assassinos de meu filho, de acordo com o inquérito policial que apurou o massacre do dia 10. À luz do dia.

Quando saímos da escola já passava de 16h30. Deixei Marquinho junto ao nosso bloco, combinei com ele que no dia seguinte o levaria e buscaria na escola, de carro, para evitar qualquer risco, se os agressores voltassem ao local, e fui para o jornal, no SIG. Assim que cheguei, minha filha Taíssia me ligou; falei com ela e Marquinho, cerca de quinze minutos depois Taíssia me ligou novamente, aos prantos. Marquinho descera para comprar pão, junto com mais três amigos; ainda dentro da quadra se deparrara com um Fiat de onde descera Rogério, Gengis e mais nove criminosos; todos correram, mas Marquinho tropeçou em uma das malditas cercas de arame em torno de um dos blocos. Foi massacrado covardemente, com requintes de crueldade descritos por muitas testemunhas, por 11 assassinos. Dez deles nem ao menos sabiam o seu nome. O único que sabia (Gengis, que estudava na mesma escola) disse em

depoimentos à imprensa que Marquinho não era de briga.

Identificados como membros da gangue Falange Satânica, esses assassinos têm muita coisa em comum: a juventude (as idades variam de 14 a 21 anos); o endereço (todos entre as quadras 404, 405 e 406 Norte); a arrogância; a ruindade; a covardia e, principalmente, a confiança na impunidade. Somente a certeza da impunidade, enraizada a partir de muitas brigas e outros tipos de delitos que as outras vítimas não tiveram coragem ou condições de denunciar, e da própria história da cidade, simbolizada pelo caso Ana Lidia, pode explicar a tranquilidade com que cometeram esse crime bárbaro em plena luz do dia, na frente de muitas pessoas que passavam pelo local ou acompanhavam das janelas, sem se preocuparem em ser reconhecidos.

Somente a arrogância e a certeza da impunidade poderiam justificar, também, o gesto com que um dos assassinos, Francisco Rivelino, se manifestou frente à televisão, após depor no Tribunal do Júri, levantando as mãos em sinal de vitória, num flagrante desrespeito à Justiça e à própria sociedade. Esse deboche esteve patente, também, entre os amigos de quadra que se reuniram em frente ao Tribunal do Júri, em apoio aos assassinos, na primeira manifestação de solidariedade a criminosos da história de Brasília.

Matar foi ficando cada vez mais fácil

Impunidade e família são palavras-chave nas discussões sobre o crescimento da violência e da criminalidade entre jovens das classes média e alta no País. Não podem ter recebido noções de valores, esses jovens, que se reúnem em gangues para agredir e matar. Não receberam nem ao menos os valores que formam código de honra até de bandidos, como por exemplo o antigo princípio de que não se deve ser covarde. "Vá bater em alguém de seu tamanho" — quem não ouviu esta frase quando criança? Envergonham qualquer bandido, somando 11 para massacrar um indefeso.

Não receberam noções de humanidade, de Justiça, nem de solidariedade. Os pais têm obrigação, determinada por lei, de acompanhar e orientar os filhos. Têm que se responsabilizar. Mas o que vemos são pais que fecham os olhos e o resultado aí está: menores portando armas; menores dirigindo, fazendo "pegas"; menores matando. Acobertados pela família, na hora em que deveriam pagar pelos seus crimes, os menores ainda não

encontram, no Estatuto da Criança e do Adolescente, limites de punição condizentes com a gravidade dos crimes cometidos. Ficou muito fácil matar e o resultado está patente no crescimento da criminalidade na faixa de 16 aos 18 anos e na classe média.

Não se poderia esperar, dentro da realidade e da cultura brasileira, que fosse outra a leitura do Estatuto: assimilou-se rapidamente a noção dos direitos, mas não se fala em deveres; pegou-se a via das facilidades sacramentadas pela lei, como o limite máximo de apenas três anos de punição, qualquer que seja a gravidade do crime cometido, e por aí menores e adultos debocham da lei e da sociedade. No caso do Marquinho, assim como em muitos crimes cometidos por menores de outras condições sociais, a estratégia foi a mesma, com os maiores jogando a culpa toda nos menores, numa tentativa de, no máximo três anos, estarem todos soltos. Dois dos assassinos que mataram meu filho com requintes de crueldade completam este mês 18 anos; de acordo com o Estatuto, não podem ficar presos por mais de três anos por este crime bárbaro.

Também está fora da nossa realidade social e econômica a fixação de responsabilidade penal em 18 anos.

Com 16 anos o menor pode votar, mas é penalmente irresponsável. Temos, então, milhões de irresponsáveis escolhendo o presidente da República? O que podemos esperar dessa contradição? Seriedade? Respeito às leis e à sociedade?

Precisamos tirar todas as máscaras, rever nossa legislação, estabelecer limites que sejam temidos e cumpridos, desde a mais tenra idade. Criança também tem deveres, e o principal deles é o respeito à vida. Se mata, é assassino, e não infrator, como estabelece o Estatuto. Não conseguiremos resolver o problema da violência e da criminalidade com figuras de retórica, mas somente a partir do reconhecimento da realidade e do estabelecimento de punições à altura. Assassinato não é infração, e tanto crianças quanto adolescentes têm que assumir isto e pagar pelos seus atos. Na cadeia, que é o lugar de criminosos. Cadeia, aliás, que deveria ser paga pelas famílias dos criminosos. Enquanto não forem eliminadas todas as facilidades e atenuantes concedidas aos criminosos de qualquer idade, a violência e a criminalidade continuarão aumentando. ”

Valéria Velasco